

## ISEB *SELF-SERVICE*: UM DEBATE TEIMOSO

Edison BARIANI<sup>1</sup>

Cinquenta anos depois de sua fundação e após um período relativamente escasso de pesquisas, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) está sendo revisto, seja no que diz respeito ao estudo do instituto, seja focalizando seus componentes coletiva ou individualmente.<sup>2</sup> Proliferaram estudos sobre Álvaro Vieira Pinto, Alberto Guerreiro Ramos, Nelson Werneck Sodré e, em muito menor medida, sobre Roland Corbisier, Candido Mendes e Helio Jaguaribe, para citar os autores principais (BARIANI, 2005). O caso de Helio Jaguaribe é particularmente interessante: autor muito conhecido, de envergadura intelectual e política tanto no ISEB (e em sua criação) como no contexto brasileiro, tem sido pouquíssimo estudado, ainda carece enormemente de mais análises circunstanciais e espera por uma pesquisa ampla e sistemática sobre sua trajetória intelectual.

O livro de Antônio Marques do Vale (2006) – *O ISEB, os intelectuais e a diferença: um diálogo teimoso na educação* – faz um apanhado das idéias presentes no debate intelectual referido ao ISEB e a seus autores tidos como principais, bem como tenta abordar a ‘produção isebiana’ (desses autores) com relação à educação. Pretende, assim, dar conta de uma análise do instituto e, em seguida, focalizar uma questão específica, a educação – e, talvez, em segundo plano, a cultura.

Vale delimita a “produção isebiana” em questão a partir da seleção dos autores e das obras que entende como essenciais. A escolha dos autores foi feita com base no que o autor crê serem os componentes “históricos” do instituto<sup>3</sup>: ingressantes de primeira hora que, advindos do Instituto Brasileiro de Sociologia, Economia e Política (IBESP), foram fundadores do ISEB e chefiam – inicialmente – os departamentos, a saber, Álvaro Vieira Pinto (Filosofia), Helio Jaguaribe (Ciência Política), Alberto Guerreiro Ramos (Sociologia), Candido Mendes (História), e ainda Roland Corbisier

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia – Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara. SP – Brasil. 14800-901 – edsnb@ig.com.br

<sup>2</sup> Um exemplo é o livro organizado por Toledo (2005), por ocasião dos cinquenta anos de fundação do instituto.

<sup>3</sup> A idéia de que há alguns autores fundamentais na composição do ISEB, chamados “isebianos históricos”, já havia sido usada por Paiva (1986), em livro no qual analisa a influência desses autores na formação intelectual de Paulo Freire. O autor (Vale) adota o termo, mas não utiliza o referido livro.

(Diretor executivo). A exclusão de Nelson Werneck Sodré seria – segundo Vale (2006, p.18) – devido à sua “introdução tardia no grupo”. Entretanto, Sodré participou tanto do IBESP quanto do ISEB e teve papel marcante no Departamento de História, o qual dirigiu após 1959, inclusive coordenando o grupo que elaborou a *História Nova do Brasil*, talvez a grande iniciativa didático-pedagógica do ISEB<sup>4</sup>.

Quanto à produção intelectual que nortearia o debate sobre a educação, Vale alega utilizar como fonte o que aqueles autores “publicaram, por meio do próprio ISEB, de livros, periódicos e jornais”, entrevistas e comentaristas, bem como privilegiar “[...] as obras do período anterior à criação do Instituto e as produzidas nos seus nove anos de atividades.” (VALE, 2006, p.19-20)<sup>5</sup>. Na leitura é perceptível que o autor não foi fiel aos seus critérios, pois analisa obras e eventos que são posteriores à existência do ISEB, ademais, não se sustenta o critério de utilizar obras daqueles autores elaboradas em momento anterior à criação do instituto, algo não pode ser ‘produção isebiana’ antes mesmo que o ISEB exista. Além disso, há menções aos trabalhos de Helio Jaguaribe e Guerreiro Ramos após 1958, período no qual estarão desligados do ISEB – nesse período Guerreiro Ramos até mesmo arvorar-se-á em crítico ferrenho do instituto. Também após a saída desses intelectuais e sob a direção de Vieira Pinto, o ISEB ingressará num período de esquerdismo e militância, significativamente distinto, no qual decaí a influência de autores como Candido Mendes e Roland Corbisier, fortalecendo-se Vieira Pinto e Werneck Sodré. Tal período não é problematizado.

Para organizar esse emaranhado conceitual, Vale faz as já indefectíveis citações de Gramsci e arregimenta o uso do diálogo conforme uma noção de “discutibilidade”, tomada como “elemento fundamental de qualquer método de pesquisa.” (VALE, 2006, p.21)<sup>6</sup>.

Afora outras questões prementes que serão aventadas, o que salta à vista no livro de Vale é um procedimento já bastante repisado: a construção do conceito, quando da abordagem do ISEB, a partir de métodos precários e idiosincrasias, sem critérios lógicos definidos e sustentáveis, produzindo uma noção do instituto de acordo com as conveniências para comprovar as hipóteses<sup>7</sup>.

---

<sup>4</sup> Iniciativa essa que o autor do livro não aborda. Há omissão ainda do caso de Ewaldo Correia Lima que, inicialmente, chefiou o Departamento de Economia.

<sup>5</sup> As vantagens de uma boa oferta de obras de comentaristas sobre intelectuais do ISEB não são aproveitadas pelo autor, vale lembrar os trabalhos de Côrtes (2003), Freitas (1998), Oliveira (1995), Oliveira Filho (1999) e Soares (1993), dentre outros.

<sup>6</sup> A inspiração do autor aqui é um manual de método de autoria de Pedro Demo (*Metodologia científica em ciências sociais*), o qual, por sua vez, fundamenta-se em J. Habermas (não utilizado por Vale). Cabe lembrar que Paulo Freire já havia relevado a importância do diálogo no método pedagógico.

<sup>7</sup> A propósito da construção lógica, Vale (2006, p.150) direciona-nos à sua fonte, do seguinte modo: “Para entender o que é lógica, e, depois, a ciência da lógica, remetemos a CHAUI, M. *Convite à filosofia*, pp. 202-204; estuda a dialética segundo Hegel.” Recomenda ao leitor, assim, duas páginas de um manual

Os equívocos começam pela definição da origem do ISEB. Fundado em 1956, por vezes, a conceituação estende-se à produção e atuação do Grupo de Itatiaia (criado em 1952), ao IBESP (criado em 1953) e às publicações dos *Cadernos de nosso tempo* (editados entre 1953 e 1956). Os componentes e a produção teórica de tais momentos apresentam particularidades, geralmente desprezadas em favor da idéia de que tais grupos são ensaios, esboços do ISEB, existindo somente para justificar o que viria. O passado não existe para justificar o futuro, já advertia-nos Marc Bloch (1941).

Quanto à ‘produção isebiana’, há várias controvérsias. Muitos dos analistas tomam como tal toda a obra dos autores que compuseram (mesmo que somente durante algum tempo) o instituto; outros, como Vale (2006), tomam as obras precedentes e as que foram publicadas durante o interregno do ISEB (1955-1964); mais coerentes, outros ainda consideram tal produção como constituída somente do que foi publicado enquanto os autores faziam parte do instituto; entretanto, mesmo este procedimento mais racional tem inconvenientes: há autores que produziram trabalhos antes de sua participação no ISEB e publicaram seus textos durante sua estadia, outros, ainda, confeccionaram trabalhos durante seu período de participação e só publicaram após sua saída – como é o caso de *O problema nacional do Brasil*, o mais nacionalista dos livros de Guerreiro Ramos, escrito (em sua maior parte) no período em que integrava o instituto, mas somente publicado após sua saída<sup>8</sup>.

Uma outra questão que perturba a conceituação é a seleção dos autores considerados isebianos e, dentre estes, quais seriam os principais ou mais representativos. Frequentemente, a classificação é feita ao sabor das circunstâncias e em convergência com a necessidade de provar a argumentação desenvolvida. O grande número de personalidades e autores que compuseram em dado momento o Conselho Consultivo é confundido com uma heterogeneidade teórica e ideológica da produção, assim como o estreitamento da gama de autores conhecidos passa, imediatamente, a significar ortodoxia. Nenhuma das duas hipóteses pode ser descartada, todavia, há que se empreender uma pesquisa cuidadosa e fundamentada antes de afirmá-lo.

Já as mudanças de composição e rumos do ISEB favorecem problemas conceituais, o mais comum é tomá-lo como apenas (ou primordialmente) caracterizado pela formação ocasional dos anos de 1957 e 1958, na qual predominariam os autores

---

de filosofia elaborado para o estudante colegial, no qual, resumida e supostamente, estaria explicada a lógica hegeliana em duas páginas.

<sup>8</sup> Exemplo desse último procedimento e atento às tais inconveniências é o livro de Toledo (2005), publicado originalmente em 1977, referência obrigatória na discussão.

“históricos” e uma suposta ideologia nacional-desenvolvimentista<sup>9</sup>. Outros analistas, avessos à homogeneização, optam pela consideração de fases ou momentos distintos, o que, embora respeite as diferenças teóricas e de composição de momentos diversos, inadvertidamente, pode levar a um estancamento das particularidades, dificultar a síntese e prejudicar um entendimento da totalidade.

O mais complexo dos problemas de conceituação do ISEB é também – ao nosso ver – o mais importante, sendo mesmo crucial para a própria possibilidade de pleitear o uso categórico do conceito: seria possível abordar o ISEB como sujeito (coletivo) intelectual ou mesmo como construtor de um repertório teórico-metodológico razoavelmente coeso e integrado? Isto é, seria possível, a partir das obras dos autores componentes, referir-se a um **pensamento isebiano**?

Se a resposta a tal questão for negativa, impugna-se grande parte da bibliografia sobre o tema, e ganham vulto os trabalhos que focalizam individualmente autores e suas obras. Em caso positivo, muitas questões – frequentemente relegadas – vêm à tona. No IBESP havia um modo minimamente coletivo de trabalho, baseado em discussões em grupo dos temas e dos textos publicados nos *Cadernos de Nosso Tempo*, não raro, sem identificação da autoria. Entretanto, no ISEB, tais procedimentos não eram comuns. Em geral, os departamentos atuavam com relativa autonomia e os autores produziam individualmente ou, vez ou outra, com os próprios e restritos grupos que dirigiam. Eram autores que produziam abrigados numa instituição e não uma instituição que produzia a partir de autores.

Em se considerando que nessas circunstâncias havia, não obstante, uma produção socializada, senão em termos de rotina e procedimentos, ao menos como ambiente intelectual construído a partir de afinidades ideológicas e integrado por uma convivência e debate cultural difuso, há que estabelecer a estrutura dessa integração e os liames entre as produções, os autores e o contexto intelectual.

Não parece evidente a possibilidade de amalgamar os diversos autores e obras do ISEB numa grande produção socializada, nos termos de uma escola ou de uma modalidade de ortodoxia. Mais razoável seria pleitear uma conceituação que abarcasse os particulares numa noção mais ampla e geral. Aí encontra-se o busfílis da questão. Como reunir os particulares sem dissolvê-los na homogeneidade de um conceito? Como construir um conceito que não se inutilize numa generalização flácida? Ou então, como não tornar o conceito inoperante e não-instrumental ao deixá-lo refém da soberania dos particulares?

---

<sup>9</sup> Nessa formação clássica do ISEB um autor é constantemente desprezado – como o fez Vale (2006) – por não se enquadrar nos frágeis padrões do referido nacional-desenvolvimentismo e, mesmo possuindo os mesmos atributos de inserção institucional, por perturbar a tranqüila classificação dos “históricos”, ou ainda, por estar mais à esquerda ou por ter origem e militância distintas: Nelson Werneck Sodré.

Então, o que torna a ‘produção isebiana’ algo mais que um apanhado de nomes e obras? Perscrutar e elaborar conceitualmente o que une ou aproxima tais autores, o que pauta ou perpassa suas obras, em quais pontos convergem e distanciam-se, como se localizam no contexto intelectual etc., enfim, construir lógica e historicamente a conceituação que autoriza tomá-los coletivamente como objeto de pesquisa. Sem tais considerações não é possível referir-se ao ISEB como algo mais que um órgão e a um ‘pensamento isebiano’ como algo mais que uma falácia.

No livro de Vale (2006) tais questões – ou grande parte delas – não estão solucionadas, sequer estão cogitadas; limita-se o autor a seguir a procissão... Quanto à abordagem, tenciona encontrar os aspectos educacionais eventualmente presentes na obra dos “isebianos históricos”. Todavia, não obstante a advertência dos ex-integrantes que entrevistou (Helio Jaguaribe e Candido Mendes) de que os “isebianos históricos” não eram pedagogos, Vale constata com surpresa que, de fato, não discutem a “[...] educação escolarizada, embora ligados ao Ministério da Educação e Cultura.” Todavia, encontra nessa ausência o fulcro da sua questão: “Interessam-nos, então, os pressupostos filosóficos dessa omissão.” (VALE, 2006, p.147). A tomar pela hipótese, a frustração e a decorrente condenação dos isebianos era inevitável.

Segue-se então um rosário de críticas aos autores estudados, quase nada fora do cardápio tradicional: elitismo intelectual, idealismo, espontaneísmo de consciência, aproximação e “otimismo” para com o Estado, apologia da burguesia industrial, dualismo, populismo, falta de dialética, postulação de uma ideologia nacional-desenvolvimentista como pacto social espúrio, etc. Mas outras surpreendem: apologia da vida urbana e industrial e não condenação ao êxodo rural, proximidade com o ideário integralista, excessivas concessões ao capital externo, não projetar o Estado “como aparelho ideológico (Althusser)” (VALE, 2006, p.166) e, curiosamente, falta de diálogo com os profissionais da educação e desconsideração do “espaço para a dimensão humano-afetiva” (VALE, 2006, p.221), algo exterior ao contexto social e intelectual daquele momento.

Duas críticas – entrecruzadas – têm especial relevo. Primeiramente, uma alegada postulação, por parte dos “históricos”, da “unidade como ideologia” (VALE, 2006, p.148), ou seja, uma superposição do “nacional” ao “regional”, do geral em relação ao particular, sob o manto ideológico da dominação. Para o autor: “A tensão homogeneidade/heterogeneidade nos alerta que qualquer projeto de unidade só resulta benéfico quando as contradições e divisões se possam explicitar livremente.” (VALE, 2006, p.163). Coerente, vê-se que aqui o autor aplicou o mesmo critério ‘lógico’ que usou para chegar ao conceito de **ISEB** como sujeito intelectual e histórico: uma unidade feita de livres contradições. Algo um tanto desordenado.

Advém aí, imediatamente, a já indefectível cantilena da desconsideração das contradições, com uma pequena novidade agora: as tais contradições desprezadas não são somente as já clássicas contradições de classe, cujo nacionalismo pretenderia ocultar, refere-se o autor a contradições regionais e culturais. Significativamente, constata-se o eco de certa bibliografia brasileira – atualmente em profunda revisão – sobre o período (e o ISEB) que repete o mantra da negligência ou negação das contradições<sup>10</sup>.

Elitismo, populismo, nacionalismo como chauvinismo, aliança de classes, apologia da dominação etc., são diferentes aspectos de uma disseminada visão ideológica cujo procedimento central baseia-se numa certa **apologia das contradições**, agravado pelo fato de que, durante muito tempo, qualquer vislumbre de negação dessa abordagem transformava o crítico, aos olhos da oportuna pseudo-contestação, em empedernido conservador ou reacionário. Todavia, descuidado permanece o esclarecimento do caráter dessas contradições, se seriam lógicas, políticas, sociais ou algo mais... É relevante o questionamento pois, aparentemente, parte do problema e grande parte dos trabalhos que se propõem a analisar o período baseiam-se na acusação – feita mormente aos isebianos e nacionalistas – de **falta de marxismo**. Acusação, notoriamente, indefensável.

No livro de Vale (2006), a sentença, óbvia, já se insinuava desde o início: os intelectuais do ISEB (elitistas, pretensamente iluminados etc.) não se aproximaram das massas e não pensaram deliberada e consequentemente a educação, ocultaram as contradições e não se abriram ao diálogo ou aos imperativos teóricos da “dimensão humano-afetiva”. Sentencia: “Nossos isebianos se fecharam, muitas vezes, ou só no cultural/filosófico ou só no elitismo político-econômico-ideológico e religioso.” (VALE, 2006, p.222). Ou seja, mesmo em seu “entusiasmo descuidado” (VALE, 2006, p.75), não foram pedagogos.

Já o ISEB aguarda ainda cuidadosos estudos sistemáticos e de aspectos parciais, bem como reflexões teóricas que não lancem mão de lugares comuns e aceitem – inadvertidamente – conceitos construídos de modo precário. Ou seja, estudos que não se sirvam – oportuna e providencialmente – do ISEB como um conceito ao modo *self-service*, para consumo individual e bem ao gosto do freguês, pronto para ser provado, quaisquer que sejam as hipóteses aventadas.

VALE, A. M. do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença**: um diálogo teimoso na educação. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

---

<sup>10</sup> Por exemplo Franco (1985).

## REFERÊNCIAS

- BARIANI, E. Recenseamento bibliográfico em torno do ISEB. In: TOLEDO, C. N. de (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p.233-252.
- BLOCH, M. **Introdução à história**. 6.ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1941. (Coleção saber).
- CÔRTEZ, N. **Esperança e democracia: as idéias de Álvaro Vieira Pinto**. Rio de Janeiro: IUPERJ; Belo Horizonte: UFMG, 2003. (Origem).
- FRANCO, M. S. C. O tempo das ilusões. In: CHAUI, M.; FRANCO, M. S. C. **Ideologia e mobilização popular**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: CEDEC, 1985. p.151-209.
- FREITAS, M. C. de. **Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama**. São Paulo: Cortez: USF/IFAN, 1998.
- OLIVEIRA, L. L. de. **A sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- OLIVEIRA FILHO, V. R. de. **Dualidade e revolução no pensamento isebiano: as visões de Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré**. 1999. 212f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- PAIVA, V. P. **Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- SOARES, L. A. A. **A sociologia crítica de Guerreiro Ramos: um estudo sobre um sociólogo polêmico**. Rio de Janeiro: Copy & Arte, 1993.
- TOLEDO, C. N. de (Org.). **Intelectuais e política no Brasil**. A experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.